

ALESP dá a cooperativas 1ª vitória contra ditadura

Deputados estaduais aprovam em comissão projetos de lei que põem fim à obrigatoriedade de filiação à Ocesp e abrem caminho para sepultar legislação imposta pelo regime militar.



Deputado Marcos Zerbini - PSDB



Deputada Ana do Carmo - PT



Deputado Gilmaci Santos - PRB



Deputado Teonilio Barba - PT

**Deputada Márcia Lia
comemora resultado**

Página 2

**Deputados justificam o
voto a favor da liberdade**

Página 4

**PLs 1271/14 e 1277/14
avancam para o Plenário**

Página 3

**Fetrabras festeja
vitória da democracia**

Página 4



Márcia Lia festeja votação que beneficia as cooperativas

Márcia Lia: sempre ao lado dos cooperados

A deputada, que se engajou nesta luta por entender que a lei era danosa às cooperativas e cooperados, diz que fim dessa obrigatoriedade é vitória da democracia.

A obrigatoriedade de registro das cooperativas paulistas à Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo) foi derrubada na tarde do último dia 6 de outubro, na Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho da Assembleia Legislativa de São Paulo com a votação favorável aos Projetos de Lei 1271 e 1277/2014, dos deputados Campos Machado, Adriano Diogo e Zico Prado, respectivamente.

A reunião ordinária contou com centenas de representantes de cooperativas, associações e movimentos sociais, que reivindicavam

o fim do registro. Os PLs seguem agora para apreciação da Comissão de Atividades Econômicas, da qual a deputada Márcia Lia é vice-presidente. “Não tenho dúvida de que essa é uma vitória da democracia e de respeito à nossa lei maior, que é a Constituição Federal”, destacou Márcia Lia, que vem desde o início do seu mandato acompanhando essa pauta e travando intensos debates na Assembleia com movimentos, cooperativas, associações e com os parlamentares.

Em setembro, a deputada realizou audiência pública na Comissão de Atividades Econômicas para debater o assunto e, na ocasião, se posicionou a favor dos cooperados.

O registro tornou-se compulsório no Estado a partir da Lei 12.226/06 (em seu parágrafo 3º do artigo 3º), com base na lei federal 5.764 de 16 de dezembro de 1971. A imposição criaria obstáculos tanto na abertura das cooperativas quanto no seu funcionamento. Além disso, é bastante oneroso. A anuidade chega a R\$ 100 mil. No entanto, sem o registro, elas ficam impossibilitadas de participar de licitações e chamadas públicas, no Estado. “Há muitas cooperativas, especialmente as menores, que lidam com questões da agricultura familiar e reciclagem de materiais, que não conseguem se organizar e trabalhar em função da dificuldade para efetuar as contribuições à Ocesp”, destacou a deputada.

Para Márcia Lia, a aprovação do projeto corrige um descompasso com a Constituição Federal promulgada em 1988. “A obrigatoriedade de registro é inconstitucional. O artigo 5º da Constituição dispõe que ‘ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado’”, frisou.

“Estou muito satisfeita e feliz. Trata-se de resultado de uma luta intensa aqui na Casa, de muito diálogo, de muito enfrentamento. Hoje, os trabalhadores da economia social e solidária obtiveram uma das maiores conquistas dos últimos tempos. Mas, a luta continua. Vamos continuar nos mobilizando para que o PL seja aprovado também no Plenário”, postou Márcia Lia em seu microblog após a votação.

Votos pela liberdade do cooperativismo

Teonilio Barba - PT



“A votação de hoje significa o avanço da democracia, do direito à livre associação. O artigo 5 da Constituição garante o direito à livre associação, e o que fizemos aqui foi adequar a lei estadual à legislação que já foi aprovada no Senado, que é a Lei Geral das Cooperativas.”

Marcos Zerbiní - PSDB



“É um voto de princípio. Eu acredito que todos têm direito à livre associação, à livre iniciativa. Estamos em um Estado democrático. Acho que cada um tem que se posicionar de acordo com sua convicção. E a minha sempre foi a de que todos têm que ser livres para decidir onde se associam.”

Gilmaci Santos - PRB



“Foi uma vitória importante para o cooperativismo, mas a luta não terminou. O movimento tem muito o que fazer ainda. Mas acho que hoje, na Assembleia Legislativa, foi dado um grande passo. Esperamos que esse passo seja importante para que o cooperativismo chegue aonde merece estar.”

Ana do Carmo - PT



“Vitória da democracia! Garantimos a conquista por 5 votos a 4, sendo o último voto do presidente da Comissão de Administração Pública e Trabalho, Teonilio Barba! Como relatora do projeto, me sinto muito orgulhosa de fazer parte do grupo que conseguiu esta conquista às cooperativas!”

Zico Prado - PT



“Nós queremos evoluir. Não é para acabar com essa ou aquela entidade. Evolução é dar condições para que aquela cooperativa, por menor que seja, tenha o direito de se organizar e, mais que isso, de ser legalizada. Visite uma cooperativa de catadores ou plantadores de alface e veja a realidade.”

Adriano Diogo - PT



“A retirada da exigência de filiação da Constituição de 1988 fornece a argumentação necessária para modificar a Lei Estadual 12.226. O mais estranho é que essa lei tenha incluído uma exigência do tempo do regime militar, ignorando o que preconiza a Constituição de 1988.”

Projetos que derrubam registro na OCESP são aprovados por comissão



O apoio entusiasmado dos cooperados foi determinante para a aprovação, na Alesp, dos Projetos de Lei 1.271 e 1.277/14

Toda muralha, cedo ou tarde, cai. Mas, quando cai, sempre deixa ruínas – símbolo do poder de quem as construiu. A ditadura militar brasileira não é diferente. Três décadas depois de ruir, ela ainda deixa marcas que teimam em ficar de pé, impedindo o avanço da sociedade. Uma delas, no entanto, começou a estremecer no dia 6 de outubro passado, quando quatro deputados da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho da Assembleia Legislativa de São Paulo derrubaram uma legislação dos tempos do regime verde-oliva que obrigava as cooperativas a se filiarem a uma entidade privada, a Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo) para poder funcionar. Teonílio Barba (PT), Marcos Zerbini (PSDB), Gilmaci Santos (PRB) e a relatora Ana do Carmo (PT) votaram a favor da aprovação dos Projetos de Lei 1.271, de Campos Machado (PTB), e 1.277, de Zico Prado e Adriano Diogo, ambos do PT. Esses projetos revogam o artigo 3º, parágrafo 3º, da lei 12.226, de 2006, que obriga a filiação à Ocesp, além de criar entraves para a criação e operação das cooperativas. Por sua vez, a lei de 2006 se escora numa lei federal de 1971, a de número 5.764, sancionada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, no auge da ditadura militar. “A obrigatoriedade de registro é inconstitucional”, protesta a deputada Márcia Lia (PT). “O artigo 5º da Constituição dispõe que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado.”

“Nós estamos muito felizes e, apesar de todo o poder econômico, de todo o lobby, a democracia venceu”, comemorou a presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Cooperados (Fetrabras), Sandra Campos,

após a votação na Assembleia, que também estremeceu pela vibração das centenas de pessoas que lotavam o local para pedir aos deputados que votassem por eles. Daniel Wendell, presidente Sindicato das Cooperativas de Trabalho no Estado de São Paulo (Sincotrasp), também festejou. “Vencemos esta grande luta. Parecíamos mais fracos, mas, além de termos a grande maioria dos cooperativistas do nosso lado, temos ainda conosco um soldado forte e valente, que é Deus”, disse.

Campos Machado - PTB



“A lei atual é um atentado contra a Carta Magna. Ela não foi recepcionada pelo atual texto constitucional, o que justifica a revogação do parágrafo 3 do artigo 3 da Lei Estadual 12.226, de 11 de janeiro de 2006. O artigo 170 da Constituição diz que é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica.”

Para se tornarem lei, no entanto, esses projetos ainda vão encontrar dois obstáculos. O primeiro é a apreciação da matéria em mais uma comissão, a de Atividades Econômicas, onde as cooperativas têm pelo menos uma

aliada, a deputada Márcia Lia. “Não tenho dúvida que essa é uma vitória da democracia e de respeito à nossa lei maior, que é a Constituição Federal”, diz. “Mas a luta continua.” Continua e vai ficar maior.

Depois de passar pela próxima comissão, os projetos vão entrar na fila para a votação em plenário. Ou seja, os 94 deputados estaduais paulistas, de 21 partidos, vão debater e votar. O PSDB do governador Geraldo Alckmin tem a maioria das cadeiras no parlamento estadual, 22, e aliados, como os quatro que votaram contra o cooperativismo - Barros Munhoz (PSDB), Davi Zaia (PPS), Márcio Camargo (PSC) e Ricardo Madalena (PR). Eles levaram a votação ao empate, decidido no voto de minerva pelo presidente da Comissão, Teonílio Barba, que deu a vitória ao cooperativismo.

Mas a batalha é difícil, pois se trata de um embate econômico. De um lado, estão os pequenos e médios cooperados, como os de agricultura familiar e reciclagem de materiais, que lutam para se organizar e não conseguem pagar as contribuições à Ocesp. “Eles cobram até R\$ 70 mil por ano pela filiação, ou seja, tem que cortar empregos para pagá-los”, protesta Sandra Campos. De outro lado, tem o quanto de dinheiro será perdido se a filiação deixar de ser obrigatória. A Ocesp pode perder milhões de grandes cooperativas, como as de médicos e dentistas, se decidirem se desfilhar. Há muitos interesses e dinheiro em jogo – sem contar o efeito-dominó que uma legislação em São Paulo pode provocar no resto do país. “Só que esse lucro não pode ser pago, como de costume, às custas da população mais desfavorecida do Brasil”, diz Sandra Campos. “Vamos vencer.”

Câmara paulistana derrubou bloqueio

Foi a primeira grande vitória das cooperativas e da Fetrabras. No dia 17/9/2014, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou o PL 198 (depois transformado na Lei 16.073), que liberou as cooperativas da obrigação de se filiarem à OCB ou à Ocesp para poderem participar de licitações. A proibição estava na lei municipal 15.944, de 23 de setembro de 2013.

A luta vitoriosa contra a Deliberação 12

Outra vitória marcante ocorreu em 2013. O SINCOTRASP, com apoio da Fetrabras e cooperativistas, conquistou liminar na Justiça contra a Deliberação 12 da Jucesp. A deliberação obrigava as cooperativas a estarem registradas na Ocesp para poder registrar suas atas na Junta Comercial. Depois de muita conversa e esclarecimentos junto à Jucesp, a Deliberação 12 foi extinta.

Palavra da Presidente

Olá, como vai?!

É com muita alegria em nosso coração que trazemos a vocês mais uma edição do Jornal do Cooperado.

Esta edição conta com um ingrediente especial, a grande vitória que foi, para nós cooperativistas, a aprovação inicial dos Projetos de Lei 1271 e 1277/2014. Esses PLs acabam com o registro obrigatório das cooperativas a uma ONG criada no seio da ditadura militar. Os projetos já haviam sido aprovados na Comissão de Constituição e Justiça da ALESP e agora foram aprovados na Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho. Ou seja, o pleito das cooperativas pelo fim da representação de cabresto é LEGAL!

A votação foi maravilhosa, pois voto a voto conquistamos o SIM do deputado Marcos Zerbini (PSDB), deputada Ana do Carmo (PT), deputado Gilmaci Santos (PRB) e deputado Barba (PT). A emoção e felicidade foram gerais! O carinho e dedicação desses deputados contagiou todo o público presente. O debate foi tão intenso entre os deputados que eles vibraram e os cooperativistas presentes se sentiram representados. E assim, vimos mais um capítulo da democracia ser escrito no cooperativismo, que sofre há mais de 45 anos com a herança maldita da ditadura. O Plenário, que comporta 260 pessoas, ficou pequeno para o GRITO DE LIBERDADE que ecoou pelos corredores da ALESP. Desta vez, tivemos o apoio de cooperativas de trabalhadores em eventos, dos catadores, das cooperativas de crédito, da agricultura familiar, de sindicalistas que se engajaram na nossa causa, entre outros não menos importantes. O plenário Franco Montoro foi tomado por cooperativistas que lutam pelo fim da balbúrdia exercida por essa entidade de direito privado que achaca as cooperativas há muitos anos e torra o dinheiro do SISTEMA S como bem entende. Além das festas de arromba e muitas viagens para o exterior, com certeza debaixo daquele tapete ainda deve ter muita sujeira a que não temos acesso.

A luta tem sido intensa na ALESP, mas temos um guerreiro poderoso ao nosso lado que é DEUS e nas mãos dele temos colocado todos os dias essa batalha, do bem contra o mal. Sabe, tem um ditado que diz “que não há mal que dure para sempre”. Tenho certeza que isso também se aplicará ao cooperativismo.

Quero convidá-lo a lutar conosco pela liberdade das cooperativas. Venha participar! #VemPraAlesp

Beijos

Uma caminhada de lutas e conquistas



17/3/2014- Cooperativas conseguem revoogar a Deliberação 12 da Jucesp.



18/9/2014- Cooperativistas festejam fim de exigências para participar de licitações.



9/9/2015- Faixa exposta em audiência pública ironiza defesa de filiação forçada pela Ocesp



29/09/2015- Cooperados pressionam Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho



6/10/2015- Cooperativistas comemoram vitória com a deputada Ana do Carmo.



6/10/2015- Deputado estadual Marcos Zerbini (centro) dá o seu voto favorável a cooperativas



6/10/2015 - Mesa composta pelos deputados na hora da votação dos PLs 1271 e 1277/14



6/10/2015 - Faixa lembra Nelson Mandela ao expressar o desejo de liberdade dos cooperados



6/10/2015- Cooperativistas comemoram vitória com o deputado Marcos Zerbini (à dir.)